Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Erechim
APROVADO
Sessão: 07 / 03 / 2005
Presidente

INDICAÇÃO Nº 07 /2005

Câmara Municipal de Erechim
PROTOCOLO
Recebido em: 04/03/05
Horas: 9:10
Secretaria Geral

Exmo. Sr.
Vereador SILVÉRIO FORTUNATO
M.D. Presidente da Câmara de Vereadores
Erechim – RS –

Senhor Presidente

O Vereador abaixo subscrito, devidamente amparado pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Erechim, vem respeitosamente solicitar o envio de expedientes ao Presidente da República ao Governador do Estado e ao Prefeito Municipal, solicitando o atendimento das reivindicações contidas na *Pauta Emergencial Seca* (em anexo), elaborada pela FETRAF SUL/CUT, haja vista os prejuízos que estão sendo causados aos agricultores em função da grande estiagem que se abate sobre a região Sul do Brasil.

JUSTIFICATIVA

A presente indicação tem por objetivo manifestar o apoio da Câmara Municipal de Vereadores de Erechim às reivindicações dos agricultores, haja vista o grave quadro da estiagem que se abate sobre o município e sobre a região do Alto Uruguai, causando enormes prejuízos às famílias que vivem na agricultura.

Erechim, Capital da Amizade, 03 de março de 2005

ANACLETO ZANELLA
Vereador da Bancada do PT

PAUTA EMERGÊNCIAL

SECA



Chapecó, 01 de março de 2005.

PAUTA EMERGÊNCIAL SECA

Ao longo dos últimos 10 anos a região Sul vem sendo sistematicamente atingida por estiagens nas diferentes épocas do ano, o que vem causando enormes prejuízos à agricultura familiar.

Desde novembro de 2004, como o ocorrido nos últimos 3 anos, a região sul vem sendo atingida por mais uma estiagem, com maior intensidade no Estado do Rio Grande do Sul e já generalizada também nos estados de Santa Catarina e Paraná.

Segundo informações da defesa civil no Rio Grande do Sul 400 municípios já decretaram estado de emergência, em Santa Catarina 79 municípios e o Paraná 19 municípios. A cada dia novos municípios tem decretado estado de emergência pelo agravamento da situação, pelas perdas verificadas na agricultura e pela falta de água que esta se generalizando em toda a região atingida.

A seca que vem se agravando na região sul desde o final de 2004 comprometeu a safra de grão e impediu a safrinha. Além do comprometimento da produção de grãos a estiagem vem afetando a produção de leite, pelo não desenvolvimento das pastagens de verão, bem como as perdas generalizadas nas culturas de subsistência como batata, mandioca, hortaliças, frutas e legumes em geral.

A falta de água tem se mostrado um dos lados mais perversos da estiagem, uma vez que atinge tanto agricultores como o conjunto das cidades que tem sido submetidas a racionamento. De um lado o fornecimento de água para as residências urbanas e rurais tem se agravado e de outro o fornecimento de água para os animais tem prejudicado tanto a produção de leite, como de suínos, aves e peixes.

Além do governo federal ter adotado como política exclusiva para a seca o Seguro da Agricultura Familiar, tem ignorado que um grande número de agricultores não estão cobertos por financiamentos e pelo Proagro.

Quanto aos governos estaduais, que não cumpriram os acordos da seca passada, estão fazendo de conta que o problema é exclusivo do governo federal.

Considerando-se:

- Que sistematicamente a região Sul vem sendo atingida por estiagens, principalmente no verão, o que vem causando enormes prejuízos a agricultura familiar, nos últimos 4 anos o fenômeno tem se repetido ano a ano e que a estiagem de 2004 é a mais intensa das últimas 4 décadas, levando a perda de renda e conseqüente descapitalização da agricultura familiar;
- Que os problemas enfrentados pelos agricultores vêm da descapitalização provocada pelas frustrações das últimas safras em razão das constantes estiagens, e que a elevação dos insumos, a baixa dos preços nos produtos, tem agravado ainda mais esta situação em 2005;
- Considerando-se que o Seguro da Agricultura Familiar, importante política, anunciada pelo governo federal, é insuficiente para garantir a renda dos agricultores, frente à estiagem atual e a desestruturação da política agrícola para o setor;

- A situação da atual estiagem e a situação sistemática com que a região vem sendo atingida ano a ano, apresentamos a presente pauta de reivindicações contemplando medidas emergenciais e políticas estruturais que deverão ser tomadas pelos governos para iniciar processo de reversão do quadro de caos em que esta se transformando a agricultura da região.

REIVINDICAMOS:

1 – EMERGENCIALMENTE:

Do Governo Federal:

1) Que todas as famílias atingidas pela estiagem tenham o direito de receber o seguro renda de manutenção de R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), independente da realização ou não de financiamento;
2) Anistia geral do custeio da safra 2004/2005 ;
3) Anistia das parcelas de investimento que vencem em 2005;
4) Abertura de uma linha de crédito de custeio agropecuário de até R$ 6.000,00 (seis mil reais), com prazo de 3 anos para pagamento, com juros do Pronaf .

Dos Governos Estaduais:

1) Garantia de liberação de R$ 1.000,00 (mil reais) por família, como seguro renda, pelas perdas sofridas;
2) Anistia dos Programas Estaduais de fornecimentos de sementes (TrocaXTroca);
3) A implantação de programas de fornecimento de águas as propriedades com necessidade.

2 – SEGURO RENDA

1) Transformar o Seguro da Agricultura Familiar em Programa de garantia de renda da Agricultura Familiar;
2) Alterar a fórmula de calculo do Seguro da Agricultura Familiar, partindo-se do capital aplicado e não do capital financiado, conforme é feito atualmente. Havendo ainda a possibilidade de adesão dos agricultores que não efetuaram financiamento, ampliando-se o valor do capital aplicado para R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);
3) Unificar os critérios de fiscalização, vistoria e laudos, gratuitamente para os agricultores;
4) Inclusão de todos os produtos, produzidos pela agricultura familiar no seguro renda;
5) Participação das organizações da agricultura familiar na formulação da proposta de seguro renda e nas definições que dela derivarão.

Altemir Tortelli
Coordenador Geral Fetraf-Sul

Sandra Bergaminn
Coordenadora Pol. Agrícola e Agrária